

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO: UMA PONTE PARA VALORIZAÇÃO DA MEMÓRIA E IDENTIDADE CULTURAL REGIONAL.

Robson Rodrigues¹

Dulcelaine Nishikawa²

A proposta do VII Seminário Nacional do Centro de Memória é trazer à discussão a respeito da temática das operações da memória-esquecimento na contemporaneidade, situadas no lócus cidade. No entanto para nós essa problemática perpassa também pelo mundo rural, nesse sentido, optamos por apresentar duas experiências de Educação Patrimonial desenvolvidas no município de Araraquara/SP. Uma na zona rural, na escola do campo do assentamento Bela Vista do Chibarro e a outra no Colégio Pueri Domus, situado na região urbana. O grupo de Arqueologia GEA/CEIMAM/Fundação Araporã, vem desenvolvendo uma metodologia na qual faz uso da Arqueologia para construir uma memória da ocupação humana no município de Araraquara/SP e região. Objetiva-se proporcionar aos alunos múltiplos olhares acerca da história das populações humanas que habitavam essa região. O desenvolvimento das ações acontece em etapas. Na primeira são apresentados materiais ilustrativos sobre o Patrimônio material, imaterial e bens naturais locais. No segundo momento a reconstituição da história que esses bens materiais e imateriais nos permitem investigar. E no terceiro momento apresentamos as pesquisas arqueológicas desenvolvidas na região. Acreditamos que a metodologia tem possibilitado a facilitação do processo formativo, mais acima de tudo tem garantido uma visão elaborada sobre os processos históricos e, por fim, a valorização do patrimônio cultural e a criação de uma identidade com os bens patrimoniais de Araraquara e Região.

Palavras chaves: Educação Patrimonial, arqueologia, memória e identidade.

¹ Doutor em Arqueologia pelo MAE/USP e Pós-Doutor em Antropologia pelo CEIMAM/FCL/UNESP. GEA/CEIMAM. Fundação Araporã. E-mail: robson_arqueo@yahoo.com.br

² Mestre em Ciências da Engenharia ambiental pelo Centro de Recursos Hídricos e Ecologia Aplicada da Escola de Engenharia da Universidade de São Paulo. Doutoranda em Sociologia na Universidade Estadual Paulista-Unesp/Araraquara-SP. E-mail: dulcenishi@yahoo.com.br

Introdução

O presente artigo tem por objetivo evidenciar como estamos pensando a nossa proposta de educação Patrimonial. Primeiramente é preciso elencar que buscamos sensibilizar os diversos sujeitos sociais sobre patrimônio cultural local/regional, numa visão mais global. O princípio norteador para as nossas ações estão previstos no Termo de Referência da Superintendência Regional do IPHAN de São Paulo (IPHAN/ SP, 2009), que aponta a necessidade dos programas de Educação Patrimonial sempre considerarem como prerrogativa:

- Primeiramente ter uma visão humanista, holístico, democrático, participativo e emancipador;
- A concepção patrimonial em sua totalidade, considerando a interdependência entre os meios natural, socioeconômico e cultural;
- O pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- A vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- A continuidade e a permanência do processo educativo;
- A avaliação crítica do processo educativo;
- O reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural;
- A abordagem articulada de assuntos e questões patrimoniais locais, regionais, nacionais e globais (IPHAN/ SP, 2009, p.2).

Ademais, o referido termo enfatiza a necessidade de inserção social nos referidos programas, denominados então de *Programa de Educação Patrimonial e sensibilização da sociedade*, onde especial atenção deve ser dada aos denominados grupos vulneráveis.

Conjunto de pessoas que, por motivação diversa, têm acesso, participação ou oportunidade igualitária dificuldade ou vetada a bens e serviços universais disponíveis para o conjunto da população. São grupos que sofrem, tanto materialmente, como social e psicologicamente, os efeitos da exclusão; isto se dá por motivos religiosos, de saúde, opção sexual, etnia, cor de pele, por incapacidade física ou mental e gênero, dentre outros (IPHAN/ SP, 2009, p.2).

A proposta de ação educativa do grupo GEA/CEIMAM/FUNDAÇÃO ARAPORÃ está voltada para a preservação Ambiental e valorização do patrimônio em todas suas esferas, mas com uma atenção especial ao *patrimônio arqueológico*.

A ação se justifica na medida em que existe a compreensão de que a sociedade precisa se apropriar do conhecimento arqueológico brasileiro. Acreditamos que conhecimento adquirido por meio dos vestígios arqueológicos, quando trabalhado de forma adequada, pode fazer com que o patrimônio arqueológico passe a ser reconhecido pela população como parte de sua identidade e, conseqüentemente, valorizado, podendo gerar desdobramentos preservacionistas.

A finalidade principal é promover a construção cidadã, permitindo o livre acesso aos diversos contextos de produção cultural e ambiental existentes em nosso país. A necessidade de se desenvolver trabalhos nessa perspectiva

está diretamente relacionada à possibilidade dessas se tornarem instrumentos de reafirmação cultural e promoção de ecossistemas naturais e do desenvolvimento sustentável.

Compreendemos que é na salvaguarda do patrimônio cultural que poderemos construir um diálogo com as sociedades democráticas, pois é pelo exercício da cidadania que os conhecimentos, as inovações e as práticas são orientadas.

É pela cultura que teremos a construção da verdadeira cidadania e essa só é possível à medida que entendemos a nossas práticas culturais como sendo parte de um todo.

O homem enquanto produtor de cultura precisa entender que faz parte desse todo e a sua produção cultural está diretamente relacionada à forma com a qual ele construiu sua relação com a natureza na sua trajetória, ou seja, desde a pré-história até o presente momento. Ulpiano Bezerra de Meneses cita três motivações que acredita justificar a necessidade de preservação e valorização do patrimônio arqueológico brasileiro.

A primeira seria a razão científica, pois a arqueologia brasileira pode contribuir para o entendimento da “*dimensão temporal do homem*”. (MENESES, 1992, p. 186) A segunda seria a razão afetiva, que traria um caminho para o reconhecimento do patrimônio arqueológico pelo brasileiro, já que, no Brasil, “*o legado e a linhagem são argumentos pouco convincentes*” (1992, p. 188). Ele utiliza o conceito de pertença (*belonging*) que privilegia “*o conteúdo espacial da existência*”, isto é, o pertencimento do homem a um espaço. Sendo a terceira, a razão política, que considera de extrema importância, pois “*boa parte do patrimônio arqueológico brasileiro tem desaparecido*” por vários fatores, mas especialmente devido à exploração econômica (1992, p. 189).

Nesse sentido, ação educativa está associada ao referencial metodológico da pesquisa-ação (THIOLLENT, 1998) e outras abordagens participativas. Temos, portanto, no projeto, um estimulador de ações e de conscientização patrimonial por meio dos objetos, pois esses são fragmentos de memória e trazem traços de momentos de gerações passadas que serão utilizadas no presente.

Com esse intuito propomos duas ações de Educação Patrimonial no município de Araraquara/SP, sendo a primeira um projeto piloto de Arqueologia com os alunos do 6º ano do ensino fundamental do colégio Pueri Domus, intitulado “**Arqueologia na Escola**”, no qual o objetivo da ação Educacional é apresentar a Arqueologia como uma ciência com teoria, métodos e técnicas próprias. Estimular a compreensão nos alunos de que a Arqueologia é uma ciência que nos permite relacionar diversos conhecimentos, sendo um ótimo viés para se realizar um trabalho interdisciplinar dentro e fora da escola. Outro fator importante é que a arqueologia conta por meio dos bens materiais a história de uma ocupação humana anterior a nossa, que precisa ser conhecida e entendida para que assim se possa valorizar e preservá-la.

A nossa proposta de ação educativa não se atém apenas aos centros urbanos. Compreendemos que é preciso trabalhar com a diversidade dos grupos sociais. Essas precisam ser realmente incorporadas nos processos de Educação Patrimonial. Nesse sentido, também propusemos a segunda ação educativa intitulada “**conhecendo para preservar: a Arqueologia e o patrimônio cultural da região de Araraquara/SP**”, na escola do campo Hermínio Pagotto no Assentamento de Reforma Agrária Bela Vista do Chibarro no Município de Araraquara/SP. Essa foi realizada com os

alunos do 5º ano junto o professor da disciplina de História.

Essa unidade escolar tem uma peculiaridade ela esta no espaço conquistado pelos movimentos sociais pela reforma agrária. No entanto as estruturas físicas contam vários períodos da ocupação humana na região de Araraquara.

Um dos períodos é do cultivo de café, é possível observar ainda por meio das ruínas do patrimônio arquitetônico o testemunho dessa época.

A escolha da escola do campo se dá devido compreendermos que as prerrogativas do IPHAN, ter que ser realmente aplicada e estimulada nos processos educativos. E trabalhar com espaços sociais diversos é um fator importante para a preservação do patrimônio.

O efeito proporcionado por este conjunto de ações foi o de trazer o público envolvido para dentro das ações como colaborador efetivo, respeitando e valorizando sua fala. E as atividades eram sempre voltadas a estimular os sujeitos a refletirem sobre seu papel na preservação do Patrimônio local/regional. A idéia é que na medida em que se desenvolva coletivamente a relação de pertencimento, essa possa proporcionar ações reflexivas no meio dos participantes tornando-os multiplicadores dessa proposta. E que o conhecimento adquirido por meio da arqueologia propicia aos sujeitos a compreensão da multiplicidade de conhecimentos envolvidos nas pesquisas arqueológicas, estimulando assim a ampliação do conhecimento.

Concepção filosófica da Ação Educativa desenvolvida pelo Grupo de Estudos Arqueológicos – GEA/CEIMAM/Fundação Araporã.

A concepção filosófica do grupo de Arqueologia GEA/CEIMAM/ ARAPORÃ, primeiramente se entende que é preciso romper com a visão da arqueologia enquanto exótica e como espaço de divertimento. É que também é necessário colocar para o público uma perspectiva da arqueologia enquanto espaço para a construção da memória, da historia, da identidade, de sua cidadania e do conhecimento científico sendo constituído pelos bens materiais do passado.

Entendemos, concordando com Bezerra, que a apresentação “*da arqueologia ao público é algo premente tendo em vista que é crescente a destruição do patrimônio arqueológica registrada ao redor do mundo*”. (BEZERRA, 2002, p.13)

Nesse sentido, a importância de desenvolver outra relação com o patrimônio arqueológico está associada a duas perspectivas de grande seriedade. A primeira está associada à concepção de que os materiais nos remetem ao passado e que, portanto, fazem parte da história e da memória daquela comunidade. E a segunda está associada a nossa contemporaneidade tendo em vista que, são encontradas na paisagem no presente. O que nos coloca uma questão pertinente, a da necessidade de se preservá-la enquanto espaço da construção da memória e do ambiente.

Na nossa perspectiva de análise as questões ambientais e de preservação do patrimônio arqueológico, histórico e cultural caminham juntas. Entendemos, no entanto, no que compete às questões ambientais em nosso País podemos dizer que avançamos devido à legislação colocar a necessidade de se preservar o Meio Ambiente, evidenciando o papel

da União em preservá-lo e mantê-lo para as atuais e futuras gerações.

E muito embora, se encontre previsto no âmbito legal, isso não tem significado melhor atuação por parte da sociedade como um todo no que compete a sua preservação. Podemos dizer que igualmente acontece com a questão Patrimonial, não estabelecemos uma relação de pertencimento e uma construção de identidade com os espaços. É necessário edificar e solidificar essa relação de pertencimento e principalmente compreendê-los como lugar de todos evidenciando seu caráter público.

Neste sentido, é importante ressaltar que a sensibilização dos munícipes por meio de instrumentos educacionais que estimulem a valorização de seus bens patrimoniais, tanto materiais como imateriais e ambientais, podem contribuir para aprimorar a gestão do patrimônio local, fortalecer a memória de seu povo e consolidar as idéias presentes no âmbito das políticas públicas em desenvolvimento no país.

Entendemos que a proposta pedagógica que mais se adéqua as formulações filosóficas que apresentamos é a de Paulo Freire. O autor defende a idéia de que a educação está associada a uma forma de ler o mundo. E nesse mundo todos os sujeitos produzem conhecimento e, portanto geram cultura. Sendo assim, a educação não é a mera reprodução do conhecimento. Para Paulo Freire a educação é um ato político (FREIRE, 1997).

Na concepção Freireana não se deve fazer uma política cultural sem conceber como estratégia todos os sujeitos envolvidos. O conceito de **educação popular** consiste em um esforço de mobilização, organização e capacitação dos sujeitos (FREIRE, 1970/1987, p. 19) e acreditamos que esse também deva ser o papel do arqueólogo Educador. Para Paulo Freire *era preciso ler o mundo para poder transformá-lo* (GADOTTI, 2002). Por esta razão sua teoria passa por uma visão crítica e não pela mera reprodução técnica. Perpassa pela idéia de que é preciso valorizar o conhecimento dos sujeitos, assim como a sua produção cultural. E isso possibilitará uma relação de pertencimento e identidade com os bens patrimoniais e culturais e a consciência de seus direitos, como sua inserção crítica na realidade.

E na medida em que os sujeitos vão se organizando produzem uma forma cada vez mais justa de pensar através da problematização de seu mundo, da análise crítica de sua prática e irão atuar cada vez mais seguramente no mundo. Contribuindo assim, para que estes se assumam como seres do seu fazer, ou seja, que desenvolvem uma práxis. Vale dizer que, transformando o mundo com seu trabalho, criam um novo mundo. Este novo mundo, criado pela transformação do mundo que não criaram e que constitui seu domínio, é o mundo da cultura que se alonga na história. (FREIRE, 1997).

A Arqueologia possibilita uma leitura específica do mundo, pautada na materialidade. Na obra de Paulo Freire intitulada *Pedagogia do Oprimido* ele propõe a utilização de temas geradores e conteúdos programáticos que possibilitem entender e discutir as relações homens-mundo (FREIRE, 1987). Entendemos que a proposta do autor se adéqua a nossa prática pedagógica já que utilizamos da materialidade para a compreensão da Arqueologia. E essa possibilita a nós, uma melhor compreensão dessa concretude e principalmente entender o homem enquanto produtor de cultura. Ou seja, entender esse homem como produtor de cultura.

Essa criação e recriação se dá em interação com a natureza por meio do trabalho, ou seja, da sua produção material. Nesse sentido, propomos a compreensão da relação *do homem na natureza e com a natureza*, por meio da

cultura material, rompendo com a visão dicotômica. Ao propor essa reflexão espera-se atingir um primeiro conceito o mais básico de todos na humanidade o da produção de cultura por meio do trabalho. Essa produção está diretamente associada à subsistência humana desde os primórdios do surgimento do homem na terra. Nesse sentido passamos a explorar a ação da produção humana não só como uma necessidade, mas também como uma construção do conhecimento do homem em relação à natureza. Pois, é na natureza que ele explora as possibilidades das matérias primas para solucionar a sua primeira necessidade e elaboram a sua produção do conhecimento, produzindo assim, a cultura.

O entendimento de que uma determinada rocha é melhor para lascar e produzir uma ferramenta do que a outra ou que o barro que se encontra num depósito próximo à cabeceira de um rio é melhor para produzir argila e fazer uma peça em cerâmica, segundo Paulo Freire, é possível de ser compreendido porque a relação estabelecida entre o ser humano e seu ambiente se constrói a partir da idéia de que o sujeito ao se utilizar da práxis faz dessas associações à construção de seu conhecimento.

Portanto, submetendo, por meio do trabalho, um processo de transformação tanto ambiental quanto social. Assim ao confeccionar sua roupa, seus utensílios, seus instrumentos de trabalho para agricultura, caça e pesca, o ser humano vai, também, se construindo enquanto um produto de sua própria cultura.

Paulo Freire propõe de maneira simples, mas objetiva que essa relação não pode ser de dominação do homem pelo homem, mais sim, uma relação entre sujeitos da ação. Igualmente responsáveis e cooperadores entre si e não só entre si, mas, também com a natureza (FREIRE, 1967). Quando pensamos a Educação patrimonial esta idéia deve ser um princípio presente nas nossas ações, pois o que se pretende é romper com a concepção de que as sociedades pré-coloniais são inferiores a nossa. E, principalmente, que a produção da cultura material e simbólica dessa sociedade poderia ser incipiente. Portanto, essa ação permite mostrar as pessoas, de uma maneira geral, que a produção material por meio do trabalho existiu nas sociedades pré-coloniais com os mesmos objetivos que nós temos na atualidade quando pensamos a produção de produtos para a comodidade social.

A nossa perspectiva é interdisciplinar, pois compreendemos que para se desenvolver uma proposta de Educação Patrimonial que avalie também elementos da Educação Ambiental só é possível por meio de uma compreensão dos diversos campos do conhecimento. Nesse sentido, fazemos a leitura à luz de algumas áreas do conhecimento da Arqueologia da Paisagem, a partir dos estudos de Morais (2000), que nos auxilia na compreensão das questões ambientais. No que compete aos aspectos da Educação Patrimonial a referência é o trabalho desenvolvido por Bezerra (2002).

A Arqueologia da paisagem vai introduzir no debate arqueológico fatores que serão de fundamental importância, pois trazem informações importantes no que corresponde às escolhas para as implantações dos sítios arqueológicos evidenciando uma complexidade a ser analisada já que permite agregar uma valorização ambiental aos contextos arqueológicos, contribuindo, assim, para que os estudiosos de meio ambiente, a partir da observação dos aspectos intra-sítios, entendam sobre os processos espaciais da ocupação humana, já que esses contextos refletem as diferentes escolhas realizadas pelo ser humano em tempos pretéritos.

Essa leitura é importante na medida em que torna possível entender que mesmo entre as populações pretéritas à escolha dessas ou daquelas áreas para a implantação de suas aldeias eram definidos por características físicas, bióticas, geográficas e simbólicas, que melhor se adaptassem as necessidades do grupo. Esse procedimento de escolha do uso e ocupação do espaço confirma a relação primeira entre o homem e a natureza.

O conhecimento adquirido por intermédio da informação histórica, antropológica, geográfica e ambiental pode proporcionar aos educadores e alunos a ampliação de seu universo do saber à medida que permite o entendimento de como era estabelecido às relações que os indivíduos tinham com o Meio Ambiente, evidenciando a possibilidade de uma ação educativa não só no que compete aos aspectos do meio, mas também no reconhecimento da necessidade de preservação do patrimônio arqueológico e no entendimento de que há necessidade de se construir uma identidade associando sociedade, meio ambiente e patrimônio arqueológico.

Na atualidade a produção material da sociedade moderna é insustentável e o ser humano já sofre com as consequências dessa situação, mas como entendemos que o legado deixado pelas sociedades pré-coloniais é válido e permite reflexões atuais, promovemos uma reflexão crítica junto ao público alvo envolvido com a ação educacional, que permita com que os mesmos entendam que homens são produtores de cultura e que essa produção se dá por meio da relação equilibrada com o meio ambiente.

E assim, tanto quanto nas sociedades atuais, as sociedades pré-coloniais desenvolveram uma produção cultural refletida na materialidade, que se fundamentava em uma visão/reflexão simbólica. E isso pode ser entendido claramente a partir da leitura dos objetos produzidos pelas sociedades pretéritas. Como exemplo, uma mesma vasilha cerâmica que possuía uma função primária, ao ser utilizada para cozimento de alimentos, poderia, também, num outro momento ser utilizada para o enterramento de mortos.

A proposta fomentada junto à Escola Pueri Domus, buscava despertar o interesse dos alunos do Ensino Fundamental pela Arqueologia e pela experiência do fazer científico, sendo esse o principal objetivo do projeto piloto “*Arqueologia na Escola*”.

Essa ação foi desenvolvida pelo Grupo de Estudos Arqueológicos - GEA/CEIMAM/Fundação Araporã, do município de Araraquara/SP, com apoio Museu de Arqueologia e Paleontologia de Araraquara – MAPA.

O projeto “*Arqueologia na Escola*” permite relacionar diversos conhecimentos, proporcionando realizar um trabalho multidisciplinar dentro e fora da sala de aula - e não apenas entender a Arqueologia como um apêndice da História e da Antropologia. A concepção é a de que as ações educacionais do projeto auxiliem na compreensão dos conteúdos escolares, já que coloca em prática o conhecimento aprendido em sala de aula. A coordenação do professor Iury Angelotto Pires, da disciplina de História, e membro do grupo GEA/CEIMAM/Fundação Araporã foi de fundamental importância para o êxito desse trabalho. A finalidade máxima era mostrar aos alunos o fazer científico. Despertar nos alunos de forma prática uma busca pelo conhecimento, utilizando-se da arqueologia como ferramenta para investigação científica. Na concepção do GEA a busca do conhecimento de maneira lúdica permite a construção de uma nova visão dos museus e por isso da parceria com o Museu de Arqueologia e Paleontologia.

Na concepção do GEA esse espaço deve ser conhecido apenas como um local em que se depositam materiais,

mas sim, que se torne espaço vivo, dinâmico e interativo. Esse trabalho foi desenvolvido por meio de várias etapas, sendo a primeira uma Oficina de Cerâmica Indígena, na qual foram envolvidas as disciplinas de História e Artes. Esta atividade foi desenvolvida com os educandos do 6º ano nas dependências da Escola Pueri Domus, onde os alunos tiveram a oportunidade de conhecer e aplicar a técnica confeccionando potes cerâmicos de modo semelhante ao modo como as populações indígenas produziam anteriormente.

Por meio da oficina e das aulas de História, os alunos aprenderam que a confecção de objetos de cerâmica implica uma forma de preservar a cultura tradicional, passada através de gerações desde o período pré-colonial e utilizada até hoje para inúmeros fins. No segundo momento foi desenvolvido também palestra com o arqueólogo e professor Robson Rodrigues, que possibilitou aos educandos ter acesso a informações a respeito do que é a ciência arqueológica e como é a atuação do arqueólogo.

Depois desse processo, e no terceiro momento da ação na execução do projeto, foi proposta uma atividade intitulada “*Escavação Simulada*”, onde os alunos realizaram uma intervenção em um sítio arqueológico montado pelos integrantes do GEA, sob a orientação de Robson Rodrigues. A escavação teve por objetivo mostrar, de forma prática, conteúdos vistos previamente em sala de aula envolvendo diversos saberes.

Assim, os alunos tiveram a oportunidade de colocar em prática os conhecimentos sobre Geografia, Antropologia, Biologia, História, Matemática e Artes evidenciando nesse momento o caráter interdisciplinar e multidisciplinar da Arqueologia. Para esta etapa, foram sistematizadas atividades pré-campo, de campo e pós-campo. A atividade em campo consistiu, propriamente, na escavação e na coleta dos artefatos arqueológicos. Nas atividades pós-campo, os alunos analisaram, discutiram hipóteses e mostraram algumas conclusões sobre a vida dos povos que deixaram naquele local o testemunho material de seu tempo. Uma última etapa foi realizada com sucesso pelos alunos envolvidos: a apresentação expográfica durante a feira de ciências dos materiais por eles encontrados na escavação simulada e analisados em laboratório.

O projeto “*Arqueologia na Escola*” teve grande importância para mudar a opinião e o interesse dos alunos, e até mesmo dos pais, sobre a História e a própria Arqueologia. Segundo Yuri Angelotto Pires professor da disciplina de história os educandos se envolveram no projeto e passaram a se interessar por essas disciplinas, observa o professor ainda que esses projetos têm importância devido o efeito empático que proporciona nos educandos, ajudando a estimular o interesse deles pelas disciplinas, e mais apresenta a eles o fazer científico, mostrando como o conhecimento é produzido pela pesquisa científica.

A segunda experiência aqui analisada e desenvolvida na Escola do Campo Hermínio Pagotto no assentamento de reforma agrária Bela Vista do Chibarro, possuiu um viés diferenciado isso devido aos espaços físicos utilizados contar a história da ocupação humana local em diversas épocas.

No local onde hoje se encontra o núcleo habitacional do assentamento, as ruínas arquitetônicas da fazenda fizeram com que estimulássemos os educandos a olhar para aquelas estruturas e tentar recontar a história e a memória que estão implícitas naquelas ruínas.

Como já mencionamos a fazenda que hoje é destinada ao assentamento de Reforma Agrária foi, no passado,

ocupada pelo plantio de café. E reconhecendo a presença das ruínas no espaço do assentamento promovemos à busca do fortalecimento e a compreensão a história contada por meio da memória do patrimônio arquitetônico existentes naquele local. No entanto, nosso objetivo não era apenas levantar a memória local, mas desenvolver com os educandos a percepção de que estamos constantemente fazendo história. E por meio dessa prerrogativa a idéia é de que produção cultural e histórica produzida por eles precisa ser conhecida, valorizada, e preservada por todos. A nossa preocupação enquanto educadores é extrapolar a mera apresentação dos bens materiais. Entendemos que é necessário criar uma relação de pertencimento com os mesmos, porque só assim, será possível a criação de uma identidade com os bens patrimoniais locais e regionais.

Quando consideramos essa possibilidade entendemos que tem de ser construída coletivamente e com uma inserção dos sujeitos produtores de cultura. Portanto, a proposta de ação se inicia com uma reunião na Escola do Campo Professor Hermínio Pagotto, zona rural do município de Araraquara. Nessa primeira conversa que envolveu a diretora da escola, Adriana Maria Lopes Morales Caravieri; a coordenadora pedagógica e o professor Reginaldo Teixeira. Expusemos a nossa proposta de ação educativa patrimonial. O projeto foi aceito pelos responsáveis da escola, e foi deliberado que a ação privilegiaria as crianças do 5º ano do ensino fundamental.

Desenvolvemos, assim, nossa primeira ação apresentando o que é patrimônio histórico cultural e porque entendemos que deve ser preservado. É importante dizer aqui que a ação é um esforço coletivo, construído por vários parceiros dentre eles está o GEA/CEIMAM/Fundação Araporã, o MAPA, e a Escola do Campo Professor Hermínio Pagotto.

Sendo assim, realizamos uma oficina de investigação com as crianças a respeito do patrimônio arquitetônico existente na fazenda, mas anteriormente discutimos conceitualmente o que significa patrimônio material, imaterial e ambiental com os alunos do 5º ano, utilizando-se de um aparato lúdico e ilustrativo, procurando retratar a realidade presente na área em avaliação. Os conceitos, ainda que abstratos, foram sendo absorvidos pelos educandos na medida em que se desenrolava a interação dos diversos atores.

A oficina foi realizada por meio de uma visita as ruínas do antigo casarão, no terreiro de café e também com observação dos muros de pedras construídos pelo trabalho escravo.

O local foi escolhido por se tratar de um período histórico do desenvolvimento econômico. Que foi o período cafeeiro e que mais tarde esteve diretamente associada à produção sucroalcooleira. Mas como também uma das nossas perspectivas de ação é criar uma relação de pertencimento com o patrimônio e resignificá-lo entendemos que esse espaço passou a ser também o espaço de acolhimento. Já na história recente, o casarão foi ocupado por famílias que ali chegavam em busca da terra. Enfim, era essa a intenção que se pretendia passar com a atividade, levar os alunos a pensar o que faz daquela casa velha um patrimônio a ser preservado.

O papel do educador nesse processo é fundamental então, quando as crianças saem em busca de direcionar seu olhar para as ruínas de um patrimônio arquitetônico que conta parte da história do período da formação econômica regional estão indo além das estruturas físicas, estão buscando ampliar seu universo de conhecimento. Por isso eles não apenas contam a história das ruínas, mas ampliam para outros lugares que se encontram nas dependências do

assentamento e que fez parte da história local.

A nossa ação educativa propôs um diálogo entre o Campo e a Cidade, com esse intuito as crianças se deslocaram do assentamento para o CECRAD (Centro de Conservação e Restauo de Acervos Diversos) com a equipe do GEA/CEIMAM/Fundação Araporã. Nesse momento proporcionamos aos alunos a oportunidade de conhecer e tentar reproduzir uma das técnicas de manufatura de vasilhas cerâmicas utilizadas por diversos grupos indígenas brasileiros. A intenção com esta oficina é colocar as crianças em contato com a cultura indígena, para que percebam o quão minuciosos eram estes grupos em fazer seus utensílios, uma vez que o trabalho manual com argila não é simples, desmistificando a idéia presente no senso comum de que os índios seriam atrasados. Mais uma vez, a ludicidade presente proporcionou uma ampliação do conhecimento dos alunos sobre as técnicas e principalmente sobre a cultura indígena.

E podemos ainda dizer que o fato de conseguirem fazer os utensílios cerâmicos os deixaram empolgados, orgulhosos de si, no fim, todos tiraram uma foto junto de seus trabalhos.

Com o intuito de evidenciar a história contada por meio do patrimônio histórico arquitetônico local da Fazenda Bela Vista do Chibarro, Araraquara- SP foi feito um levantamento Bibliográfico.

Segundo Gomes e Ferrante (2005) no final do século XIX o Brasil passava por um processo de industrialização tardia e esse acompanhava o declínio do café. E nesse momento histórico político a fazenda Bela Vista era controlada pelo Coronel Dr. Antônio Joaquim de Carvalho, isso ainda antes do declínio da expansão cafeeira. Essa figura emblemática se destacava no cenário político e social. E tornou-se um grande proprietário rural por meio de investimentos na produção de café.

Para complementar essas informações utilizamos dados da pesquisadora Mascaro (2005) no qual ela afirma que o coronel Antonio Joaquim de Carvalho era uma figura de grande projeção, e foi proprietário de fazendas cafeeiras; a sua trajetória mostra que ele se implantou no município de Araraquara com o objetivo de aplicação do capital dos engenhos que tinha em Porto Feliz numa nova zona próspera para o novo negócio da produção de café. No entanto, após alguns anos, a fazenda é vendida para seu genro Teodoro Dias de Carvalho, que se favoreceu ainda mais dos privilégios concedidos pelo governo de época às elites agrárias:

A família proprietária da *Bella Vista* foi pertencente ao grupo privilegiado dos proprietários de terras que, há gerações, aplicavam seus (...) capitais no setor agrícola. Seu poder, advindo da propriedade, os projetou para a vida política e para cargos importantes, onde sua atuação era decisiva, a seu próprio favor. Durante o ciclo cafeeiro, enriqueceram ainda mais, sendo que a expressão dessa prosperidade se deu, também, no campo da arquitetura, inclusive urbana (MASCARO, 2005, p.46.).

As contribuições feitas por Amaral (2007) será bastante esclarecedoras no que compete ao ciclo do café e seu declínio dando espaço para a produção da indústria canavieira na Região de Araraquara/SP.

A região conhecida hoje como Bela Vista, na zona rural de Araraquara, foi durante o século XIX um dos grandes pólos de produção de café, que contavam com grande quantidade de mão - de - obra escrava e imigrante. No casarão onde ficava a sede da família proprietária da antiga fazenda de café e,

onde hoje moram famílias de trabalhadores sem terra, é possível reconhecer as invenções da engenharia da época para torturar os escravos. Também não sucumbiram ao tempo as construções faraônicas feitas em pedra e com mão - de - obra escrava por onde eram trabalhados os grãos de café e escoados até o porto de Santos.

Com o declínio das exportações de café e o fim da mão - de - obra escrava, as terras da antiga fazenda foram vendidas para a família Morganti, que converteu a produção de café para a monocultura de cana, e teve como marco a Usina Tamoio. Foi com essa força econômica que surgiram as seções onde a Família Morganti imperou por mais de 78 anos. Depois de altos e baixos, esse império passou para as mãos do Grupo Silva Gordo que pilotou essa Usina por mais 26 anos (p.06)

Como bem ressalta Amaral, (2007) a fazenda marca vários processos econômicos, entre eles está o momento em que deixa de ser uma fazenda cafeeira para se tornar a usina Tamoio. E em 1930 no auge da decadência do ciclo cafeeiro, a fazenda é novamente vendida, agora pelos herdeiros de Teodoro Dias de Carvalho para a Usina Tamoio. O proprietário passa a ser Pedro Morgante, imigrante italiano, veio ao Brasil para trabalhar com seu irmão- proprietário de uma torrefação de café. Ao decorrer dos anos Morgante passou a refinar cana de forma artesanal no mesmo prédio em que seu irmão possuía negócios.

Nos relatos históricos que compõem os estudos de Mascaro (2005) e Caíres (1993) é possível constatar que houve muita prosperidade no ramo de refinação de açúcar nesse momento histórico. Isso graças à facilidade promovida pelo governo nessa época. Mascaro (2005) destaca tal fato:

Em Araraquara, uma das medidas mais importantes para o sucesso da retomada do plantio da cana-de-açúcar foi um dos projetos de lei elaborados pela Câmara Municipal, em 1929 (...) dessa forma, a partir de 1920, o cultivo da cana-de-açúcar e a produção sucroalcooleira vão expandindo no município de Araraquara, tornando-se uma de suas produções mais expressivas e atingindo seu pico em meados de 1940 (p.49).

Caíres (1993) explica que esse projeto de incentivo a cultivo da cana isentou os usineiros por 15 anos do pagamento de impostos. O objetivo era que os engenhos tivessem capacidade de moer pelo menos 250 toneladas ao dia de cana, e, destilarias que produzissem cinco mil litros de álcool em 24 horas. Sendo assim, a expansão da cana toma os vales e lados da fazenda Tamoio, até chegar a Bela Vista.

Historicamente a fazenda Bela vista esteve sobre os domínios dos Morgante desde 1905 até final da década de 50. Neste período a fazenda fez parte do aglomerado de terras da Tamoio- constituída por uma sede industrial e pelas seções: Santa Elza, Salto, Mantuana, Jacaré, Morro Azul, Serra D'água, Bela Vista, Aparecida e Andes, num total de 5.046.795 alqueires. Mas nos anos de 1969 a fazenda é vendida para o grupo Silva Gordo e o processo de decadência foi inevitável (GOMES, 2006).

Na dissertação de Rosim, (1997) é possível verificar que a Usina Tamoio passou a ser propriedade do grupo Silva Gordo. Mas devido à má administração 11 anos depois começa a entrar em colapso e esse se arrastou por anos, cuja intensidade fica explicitada pelos problemas que a empresa passou a apresentar, tais como não recolhimento do FGTS, atrasos salariais, paralisação da empresa, improdutividade de cerca de 10.000 alqueires, elevados débitos fiscais para com o Fisco Estadual e estabelecimentos oficiais de crédito do Estado (ROSIM, 1997, p.43). É importante

ênfatizar que, desanimados com a situação do trabalho, os funcionários da usina, desde a década de 60, com a fundação dos primeiros Sindicatos Rurais, começavam uma trajetória de lutas por melhores condições no trabalho da região.

Segundo Gomes (2005) é somente na data de 1983, graças à mobilização, dos trabalhadores da usina Tamoio que se passou a discutir de fato a possibilidade de Reforma Agrária naquelas terras. Estes empregados rurais junto ao Sindicato, a partir da paralisação das atividades da usina Tamoio, passaram a mobilizar-se para que as terras fossem distribuídas como restituição das dívidas trabalhistas.

Assim: “o assentamento Bela Vista do Chibarro foi constituído graças á luta do Sindicato de Trabalhadores Rurais que, após a falência da Usina Tamoio, exigiu como ressarcimento das dívidas trabalhistas a desapropriação das terras”.

A fazenda Bela Vista do Chibarro, ainda na atualidade apresenta testemunhos materiais das estruturas arquitetônicas do período cafeeiro. A escolha da Escola do Campo Hermínio Pagotto, no assentamento Belo Vista, em Araraquara/SP para desenvolver a ação educativa esteve voltado a dois elementos básicos.

O primeiro traz a questão da memória presente naquele espaço, pois as ruínas remetem os moradores locais para um momento histórico que não faz parte da suas trajetórias, mas ao mesmo tempo permite uma resignificação desses espaços. O segundo elemento tem a ver com a ludicidade de se trabalhar esse tema com um público que não esteve diretamente envolvido com a história presente no contexto analisado. Os leitores podem estar se perguntado como é possível fazer afirmações a respeito desses fatos?

No trabalho que desenvolvemos com as crianças do 5º ano foi perguntado sobre a história do casarão. Eles por meio dos seus relatos orais e também por meio do registro escrito contaram a nós os educadores que desenvolvemos a ação educativa como era o casarão, porque suas estruturas físicas têm a base arquitetônica ainda hoje observada. Ou seja, eles sabem contar a história do período colonial da fazenda, exemplifica o porquê a varanda da casa grande era voltada para o terreiro de café, quais eram os espaços dedicados aos escravos, os espaços do castigo, em fim, retratam um período da fazenda de maneira lúdica mais ao mesmo tempo super referenciada pelos escritos históricos.

A vivência histórica não se dá apenas com os aspectos materiais mais também imateriais à medida que resignificam os espaços. Esse local que abrigou a historia do período do café e da expansão da indústria canavieira é também de moradia de muitos deles. Nos seus relatos colocam a estrutura do casarão como sendo seu primeiro espaço de moradia, porque ainda não tinha o seu lote.

A resignificação também passa pelo imaginário construído a partir do espaço local e o modo como se desenvolve possibilidades interpretativas. Criam-se estórias de fantasmas. Toda estrutura leva à construção de um imaginário coletivo. O importante aqui é dizer que embora esteja associado ao imaginário ele resguarda aspectos históricos plausíveis de serem evidenciados por meio da arqueologia histórica. Como exemplo podemos citar o relato dos alunos acerca de um túnel de pedra que vai de um ponto do terreiro de café até outra propriedade. Esse muro é igual ao que foi construído pelos escravos no entorno do terreiro de café é possível que se trate de um espaço de rota de fuga dos escravos.

Considerações finais

Entendemos que a nossa ação educativa, não tem se pautado apenas em levantar fatos e dados da memória e da história, mas tem se preocupado no desenvolvimento de um conhecimento crítico e participativo dos educandos. Temos pensado nos espaços educacionais como parceiros na construção de uma história diferenciada, porque não dizer vida, na qual os sujeitos se sentem participantes, criando assim, uma identidade. O que os tornam mais propensos a preservá-las não como algo distante e estagnado, mas como algo que pertence aos sujeitos dessa história atual.

O trabalho com grupos diferenciados nos proporciona ainda a grata observação de que quando o conhecimento científico é bem estimulado faz com que os sujeitos se portem de forma participativa e crítica frente aos fatos históricos e resignificam essas informações, produzindo assim um conhecimento, mais elaborado. Outro fator bastante importante é que essa construção se dá de maneira contínua em cada etapa do trabalho. E a ludicidade presente favorece a abstração de conceitos complexos e elaborados e isso facilita a aprendizagem.

Referências Bibliográficas

- ALENCAR, Vera M. A. de. **Museu- Educação: se faz ao andar**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1987.
- BEZERRA, M, de A. **O australopiteco corcunda. As crianças e a Arqueologia em um Projeto de Arqueologia Pública na Escola**. (TESE defendida, na Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia MAE/USP-SP, ano (2002).
- CÁIRES, A.C.R. **“O assentamento Bela Vista em outros tempos: Usina Tamoia- vida, trabalho e lutas”**. Dissertação FCL UNESP de Araraquara, 1993.
- _____, **O assentamento Bela Vista em outros tempos, Usina Tamoia: vida e trabalho**. In anais - Simpósio: Impasses e dilemas da política de assentamentos, dias 28, 29,30 de setembro, 2005.
- Cândido ,D,M, M. **Educação Patrimonial em Arqueologia de contrato– Experiência na área da LT 500 KV NEVES1 – Mesquita Escolas do Município de Santa Luzia (MG)**. *Patrimônio: Lazer & Turismo*, v. 6, n. 5, jan.-fev.-mar./2009, p. 39 -68
- HORTA, Maria de Lourdes P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, 1999.
- JULIANI, Lúcia J. C. O. e LÔBO, Job. **Relatório Técnico: Diagnóstico do Patrimônio Cultural Arqueológico “Projeto Executivo para Afastamento e Tratamento de Esgotos do Distrito de Barnabés no Município de Juquitiba/SP”**. São Paulo, fevereiro de 2011.
- LEITE, Nívea. O ensino da Pré-História nas escolas de 1o e 2o graus. IN: KERN, Arno Alvarez. **ANAIS, 8a Reunião científica da SAB – Sociedade de Arqueologia Brasileira**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
- MASCARO, Luciana Pelaes. **Arquitetura e Modo de Vida no Assentamento Rural Bela Vista do Chibarro..**

Dissertação de Mestrado. EESC/USP, São Carlos, 2003.

MORI V. H. et. al **Patrimônio e atualizações do debate**, IPHAN, 2006.

GOMES, T. P. de S. **Um estudo das relações sociais e políticas do assentamento Bela Vista de Araraquara através da festa junina**. In: Anais do Simpósio Impasses e Dilemas da Política de Assentamentos, Araraquara, de 28 a 30 de setembro, 2005. CD-ROM.

FOGOLARI, E. P.(et. AL) **Conhecendo nossa história**. Habilis. Erechim, 2011;

FUNARI, Pedro P. A. **Arqueologia e patrimônio**. Habilis. Erechim, 2007

PESEZ, Jean M. História da cultura material. In: LE GOFF, Jacques. **A História nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

PMA. **“Arqueologia na Escola”:** ação educativa propõe escavação, disponível em <http://www.araraquara.sp.gov.br/Noticia/Noticia.aspx?IDNoticia=4134> acesso em 25/11/2011.

ROSIM, L. H. **Nas terras da usina, o fazer-se de um assentamento**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1997.

SOARES, Andre Luiz R (org.) **Educação Patrimonial: relatos de experiência**, 2003.

THIOLLENT, Michel (Coordenador). Extensão Universitária e Metodologia Participativa. **II Seminário de Metodologia de Projetos de Extensão**. COPPE/UFRJ, 1998. VALENTE.